

**Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia da
República**

Registo

V. Ref.^a

Data

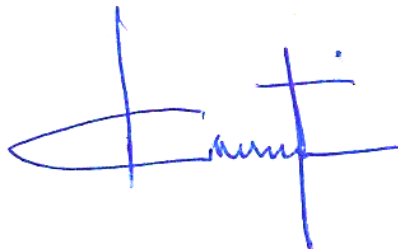
03-01-2024

ASSUNTO: Informação sobre a discussão do [Projeto de Resolução n.º 922/XV/2.ª \(CH\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda ao rejuvenescimento do efetivo policial que presta serviço no Algarve, bem como ao reforço permanente desse efetivo e dos meios de policiamento ao seu dispor;

Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República, para o efeito do agendamento da sua votação em Plenário, cumpre-me remeter a Vossa Excelência informação sobre a discussão do Projeto de Resolução identificado em epígrafe, que teve lugar na reunião da Comissão hoje realizada.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Comissão,



(Fernando Negrão)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Informação

sobre a discussão do

[PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 922/XV/2.ª \(CH\)](#)

«RECOMENDA AO GOVERNO QUE PROCEDA AO REJUVENESCIMENTO DO EFETIVO POLICIAL QUE PRESTA SERVIÇO NO ALGARVE, BEM COMO AO REFORÇO PERMANENTE DESSE EFETIVO E DOS MEIOS DE POLICIAMENTO AO SEU DISPOR»

O [Projeto de Resolução n.º 922/XV/2.ª \(CH\)](#), que «recomenda ao Governo que proceda ao rejuvenescimento do efetivo policial que presta serviço no Algarve, bem como ao reforço permanente desse efetivo e dos meios de policiamento ao seu dispor», deu entrada na Assembleia da República em 29 de setembro de 2023, tendo baixado à Comissão no dia 3 de outubro, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Intervieram na discussão na Comissão, na reunião de 3 janeiro de 2024, além do Senhor Deputado Bruno Nunes (CH), na qualidade de proponente, as Senhoras e os Senhores Deputados Francisco Pereira de Oliveira (PS), Pedro Anastácio (PS), Ofélia Ramos (PSD) e Pedro Filipe Soares (BE), que debateram o conteúdo do Projeto de Resolução nos seguintes termos:

O **Senhor Deputado Bruno Nunes (CH)** fez a apresentação da iniciativa, começando por referir que a mesma surgia na sequência do aumento da criminalidade no Algarve, refletido no Relatório Anual de Segurança Interna de 2022, tornando deficitários os meios de policiamento naquela região. Nesse sentido, o projeto de resolução recomendava ao Governo que tomasse todas as medidas necessárias ao rejuvenescimento sustentado do efetivo policial que prestava serviço no Algarve, bem como ao reforço permanente desse efetivo e dos meios de policiamento ao seu dispor. Deu nota de que a necessidade de aumento do efetivo policial resultava do aumento da criminalidade fruto de fluxos migratórios para aquela região do país.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

No período destinado a intervenções, começou por usar da palavra o **Senhor Deputado Francisco Pereira de Oliveira (PS)**, que sublinhou que o Grupo Parlamentar do CH estava a pedir algo que o Governo já estava a fazer. Lembrou o reforço do efetivo das forças de segurança ocorrido nos últimos anos, bem como o facto de 500 futuros agentes ainda se encontrarem em formação. Notou que a videovigilância estava a ser implementada em vários municípios algarvios e referiu que estava previsto investimento em infraestruturas materiais e tecnológicas, bem como em alojamento para os profissionais das forças de segurança. Salientou a descida da criminalidade violenta na região sul. Elencou o conjunto de obras de reabilitação e construção de infraestruturas destinadas às forças de segurança no Algarve, assim como as infraestruturas cuja construção estava prevista para os próximos anos. Mencionou que o aumento do turismo tornava impossível ter um polícia a controlar cada turista.

A **Senhora Deputada Ofélia Ramos (PSD)** disse que o Grupo Parlamentar do PSD acompanhava as preocupações do Grupo Parlamentar do CH quanto ao aumento da criminalidade violenta e grave no Algarve em 2022 comparativamente a 2019. Realçou que tinham apresentado o [Projeto de Lei n.º 739/XV/1.ª \(PSD\)](#) - *Recomenda ao Governo o reforço urgente dos meios de policiamento e de emergência e socorro no concelho de Albufeira* e que o aumento da criminalidade no Algarve tinha vindo a criar uma perceção generalizada de insegurança, que se agudizava significativamente porque não havia policiais na rua. Considerou que a falta de efetivos no Algarve era especialmente grave porque a população daquela região chegava a triplicar durante o verão, apesar do reforço de efetivos que ocorria anualmente no período estival.

O **Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE)** considerou que deviam ser abordados dois temas que estavam vertidos na iniciativa. Em primeiro lugar, concordou com a necessidade de rejuvenescimento das forças de segurança e salientou que propostas para a antecipação da idade da reforma dos elementos das forças de segurança não tinham sido aprovadas em virtude da falta de efetivos. Em segundo lugar, realçou a escassa atratividade das carreiras das forças e serviços de segurança, em particular da PSP e GNR, que deveriam ser repensadas. Lembrou que na Polícia Judiciária tinha sido aumentado o subsídio de risco, algo que não tinha ocorrido na PSP e na GNR, o que criava desigualdades inaceitáveis. Recordou que o problema da atratividade das



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

carreiras se estendia a outras carreiras na função pública, tais como os oficiais de justiça, guardas prisionais e técnicos de reinserção social, sendo um problema estrutural no Estado. Terminou, sublinhando que o incremento do discurso de ódio também contribuía para o aumento da criminalidade.

O **Senhor Deputado Bruno Nunes (CH)** referiu que a realidade do Algarve dava razão às preocupações do CH, discordando do afirmado pelo Senhor Deputado Francisco Pereira de Oliveira (PS). Concordou que o discurso de ódio contribuía para o aumento da criminalidade. Recordou que as vagas nos procedimentos concursais para reforço dos efetivos das forças e serviços de segurança não eram preenchidas na totalidade em função da falta de atratividade das carreiras. Enfatizou que o reforço de efetivos no verão resultava da falta de elementos das forças de segurança no Algarve e que esse aumento ocorria com recurso a elementos de outras regiões do país onde a criminalidade também estava a aumentar. Salientou que as alterações legais dificultavam o recurso à videovigilância e que, no tocante aos alojamentos, tinham sido os municípios a suprir carências que cumpria ao Estado colmatar.

O **Senhor Deputado Francisco Pereira de Oliveira (PS)** afirmou que costumava visitar os postos da PSP e da GNR e que lhe era transmitido que a situação estava controlada, não existindo um aumento exponencial da criminalidade. Notou que já estava projetada a construção de mais fogos para albergar os elementos das forças de segurança. Lamentou que os turistas nem sempre fossem bem intencionados e recordou que era impossível ter um polícia a vigiar cada cidadão.

No final do debate, o proponente declarou que relatórios da PSP referenciavam um aumento de 17.1% na criminalidade geral no Algarve e 6.9% na criminalidade violenta e grave, tendo o Senhor Deputado Pedro Anastácio (PS) solicitado que fizesse chegar os relatórios que invocava para que pudessem refletir sobre eles. Nessa sequência, o Senhor Deputado Bruno Nunes (CH) indicou que enviaria os relatórios aos serviços.

Palácio de S. Bento, 3 de janeiro de 2024